



## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM FEIRA DE SANTANA-BAHIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS**

Lívia Jéssica Messias de Almeida<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo investiga os discursos presentes nos documentos oficiais sobre as políticas públicas para educação das relações étnico-raciais em Feira de Santana-BA, no que se refere ao cumprimento da lei nº 10.639/03. As análises documentais foram fundamentadas no método materialista histórico-dialético associado às discussões do campo das relações étnico-raciais. Dessa forma, selecionamos como fontes primárias o Plano Municipal de Educação 2012-2021 e Plano Municipal de Educação 2014-2023 que orientou/orienta a educação no município. Esses documentos foram analisados em articulação e confronto com documentos oficiais nacionais e estaduais que prevêm a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana nas escolas; bem como, com documentos não-oficiais produzidos nesse contexto pelas salas temáticas da II Conferência municipal de Educação e reportagens de jornais locais e regionais. Assim, a partir das regularidades e das condições de produção discursivas, observamos que os documentos são objetos e produtos de um campo de correlação de forças que evidenciam uma heterogeneidade de projetos de educação na esfera municipal. Pois, regride quando observamos a exclusão da respeito à diversidade como um pilar orientador da educação, mesmo em contradição com plano nacional e estadual de educação, além de apenas considerar as relações étnico-raciais, fora da meta específica, quando se trata de elevação da taxa de escolaridade ou de número de matrículas. Entretanto, notamos um avanço do plano municipal aprovado em 2012 para o que foi aprovado em 2016, pois existe uma melhor definição das atribuições municipais na meta e nas estratégias específicas, bem como no que refere ao tempo de cumprimento.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação das Relações Étnico-raciais. Planos Municipais de Educação.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: livia.ljma@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Discutir sobre a educação das relações étnico-raciais não nos parece inovador desde as efervescentes reivindicações dos movimentos sociais negros e outras organizações da sociedade civil para aprovação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Tais dispositivos legais trazem para centro do debate a necessidade da garantia formal sobre o direito a uma educação antirracista que se configura como ponto crucial de combate ao racismo, a discriminação e ao preconceito na sociedade brasileira.

A partir dessa compreensão sobre a importância das garantias legais para a construção de uma educação antirracista, selecionamos o Plano Municipal de Educação para o decênio 2011-2021 e o Plano Municipal de Educação para o decênio 2016-2023 que orientaram/orientam a educação no município de Feira de Santana, na Bahia. Para tanto, nos fundamentamos nas teorias do método materialista histórico dialético associado às discussões do campo das relações étnico-raciais.

Esses documentos foram analisados a partir dos esboços metodológicos de tratamento de dados da Análise do discurso, e, por isso, foram consideradas a articulação e o confronto com outros textos locais e nacionais (oficiais e não-oficiais) primando por uma intertextualidade discursiva. Dessa forma, para a seleção e recorte dos discursos presentes nos documentos utilizamos as seguintes categorias: a) conceitos de educação para as relações étnico-raciais; b) participação de diferentes agentes; c) (in)visibilidade das discussões de raça e racismo;

Nessa perspectiva, fundamentadas numa leitura materialista histórico dialética da realidade, consideramos que os discursos dos documentos oficiais sobre as relações étnico-raciais do município de Feira de Santana-BA são produtos de um campo de correlação de forças construídos numa relação dialética entre os contextos macro e micro. Pois, estão politicamente imbricados com a concepção de Estado e de sociedade, uma vez que racismo integra as estruturas sociais para manutenção e reprodução do *status quo*.

Portanto, para refletir e discutir as considerações iniciais apresentadas dividimos o texto em duas partes: a primeira, intitulada “Educação das relações étnico-raciais na ordem do dia”, em que discutimos brevemente o conceito de ações

afirmativas e a educação para as relações étnico-raciais ressaltando seus dispositivos legais; e, a segunda parte, intitulada “Educação para as relações étnico-raciais: uma análise dos planos municipais de educação de Feira de Santana-Bahia” em que analisamos os discursos sobre as relações étnico-raciais nos planos municipais considerando seus agentes, processo de elaboração, aprovação e algumas relações com os planos nacional e estadual.

## **1. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA ORDEM DO DIA**

As ações afirmativas ganharam destaque no cenário internacional no combate ao racismo por se tratarem de estratégias de um projeto contra-hegemônico de elaboração de condições materiais e intelectuais em que os oprimidos principiam a ocupação de posições de vanguarda nos espaços de poder. Dessa maneira, as ações afirmativas para população negra se constituem como mecanismos de revolução e transformação social, a partir do momento que tencionam a ordem capitalista e os lugares sociais ocupados pela população negra questionando os principais mecanismos de sua reprodução: o direito igual formal e a meritocracia.

Por isso, os espaços de poder que podem reconfigurar a organização social se constituem como constantes campos de disputas e se tornam alvos de reivindicações com significativas atuações dos movimentos negros na luta pela formulação e adoção de políticas públicas específicas para a população negra. As ações afirmativas adotadas pelo Estado brasileiro somente foram possíveis pela pressão dos movimentos negros e entidades que apóiam a causa em todas as esferas de poder, para que se concretizem medidas de combate às desigualdades raciais, desvelando a situação de desigualdade vivenciada pela população negra.

No âmbito educacional, trata-se de possibilidades de formação de novos dirigentes intelectuais para operar em instâncias que outrora eram negadas. O desenvolvimento de políticas afirmativas educacionais emerge da compreensão, de acordo com Santos (2005), de que a escola tem uma grande parcela na responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais, pois historicamente, o sistema de ensino brasileiro pregou, e ainda prega uma educação formal de

embranquecimento cultural em sentido amplo. Para o autor, a educação formal não era só eurocentrista e de ostentação dos Estados Unidos da América, como também desqualificava o continente africano e inferiorizava racialmente os/as negros/as, quer brasileiros/as, quer africanos/as ou estadunidenses.

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito à educação a todo e qualquer cidadão, deve se posicionar politicamente, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola (BRASIL, 2004).

Para atender as antigas reivindicações do movimento social negro no que diz respeito à educação, foi aprovada a lei 10.639/03 instituindo o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de Educação Básica com o intuito de resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil visando desconstruir práticas educativas com perspectivas eurocêntricas que veiculam e perpetuam a ideologia dominante. Nessa mesma linha e associada às reivindicações dos movimentos indígenas foi aprovada a lei nº 11.6345/08.

Na difusão desse horizonte são elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em 2010, orientações que visam à construção de uma prática pautada no reconhecimento e na valorização do povo negro no espaço escolar. Essas orientações surgem quando reeducar para as relações étnico-raciais impõe “aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiança e um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual e equânime” (Ibidem, p.14).

Portanto, as diretrizes trazem para o debate a consciência política e histórica da diversidade considerando à igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, pautando-se na compreensão de que a sociedade é formada por pessoas pertencentes a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história. Ao mesmo tempo em que colocam como necessidade para a promoção de

um ensino diverso, à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os/as negros/as, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados (Ibidem, 2004).

## **2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: uma análise dos planos municipais de educação de Feira de Santana-Bahia**

A cidade de Feira de Santana localizada numa zona de transição entre o recôncavo e o sertão baiano, no território identitário Portal do Sertão, possui a segunda maior população do estado, contabilizando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), 617.528 habitantes. De acordo com informações do Censo do Escolar do Ministério da Educação (2016) a rede municipal de ensino possui em torno de 46.969 alunos e alunas nas zonas urbanas e rurais. Esses/as alunos/as estão distribuídos/as num total de 209<sup>2</sup> escolas municipais divididas em 120 urbanas e 89 rurais, concentradas em 11 polos urbanos e oito distritos rurais (sendo duas escolas em comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares) em diversas etapas e modalidades de ensino.

O primeiro Plano Municipal de Educação (PME) da cidade foi elaborado por causa de uma exigência legal prevista nas determinações do Plano Nacional de Educação (PNE). Com esse documento, o município visa traçar diretrizes, metas e objetivos para educação local em consonância com planos estaduais e nacionais. Os PNEs tanto de 2001-2011 e 2014-2024 determinam que os municípios elaborem ou adéquem seus planos municipais de educação após a sua aprovação.

O município de Feira de Santana-BA, seguindo essa determinação, delegou uma comissão técnica para realização do plano municipal composta por representantes da secretaria municipal de educação, do sindicato dos professores APLB e do Conselho Municipal de Educação. De acordo com o próprio plano, a elaboração foi realizada a partir de mini-conferências em salas temáticas na I Etapa da Conferência Municipal de Educação, nos dias 21 e 22 de setembro de 2007.

---

<sup>2</sup> Esse número pode ser alterado na medida em que as escolas são reagrupadas, fechadas ou abertas de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação. Fonte Censo Escolar/INEP 2016

O PME foi aprovado em 2012 para vigência no decênio de 2011-2021 através da Lei nº 3.326, de 05 de junho de 2012, sancionada pelo prefeito Tarcízio Suzart Pimenta com José Raimundo Pereira de Azevedo como secretário municipal de educação. Esse plano está organizado de maneira diferente dos planos nacional e estadual que normalmente se estruturam em torno de metas subdivididas em diversas estratégias, entretanto, podemos observar a adoção das mesmas diretrizes gerais do PNE (2011-2020) sem acrescentar nenhuma referência local ou reivindicações dos movimentos sociais, e, do mesmo modo que no PNE, as relações étnico-raciais não se constituem como uma diretriz orientadora da educação.

As relações étnico-raciais aparecem no corpo do documento em um tópico específico com diretrizes, que não estão escritas de maneira clara, mas é possível identificar 23 metas e objetivos para o decênio, com vistas a contemplar o PNE que prevê na meta 7, na estratégia 7.16, a garantia do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos termos da Lei nº 10.639 e da Lei nº 11.645, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil em geral.

O PME desde o seu processo de elaboração já contava com aprovações e publicações de diversos marcos regulatórios que determinavam a educação para as relações étnico-raciais nos currículos escolares, tais como: 1) Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 que obrigam o ensino da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena nas escolas brasileiras; 2) Resolução CEE nº 23, de 12 março de 2007, que estabelece normas complementares para a inclusão no Sistema Estadual de Ensino e nos municípios que tiverem organizado seus Sistemas de Ensino as disposições da Lei nº 10.639; 3) diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, de 2010; e, 4) Plano de implementação das leis 10.639/03 e 11.6345/08 que atribui diversas competências aos municípios, em 2009.

Nesse sentido, podemos destacar as seguintes metas e objetivos do município previstas no PME (2011-2021):

Implementação, em caráter de urgência, da Lei 10.639/03, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação;  
Criação de um Núcleo deliberativo, destinado ao acompanhamento da implementação, aplicabilidade da Lei 10.639/03 e avaliação das

ações desenvolvidas no sistema de ensino, nos vários níveis, nas instituições públicas e privadas, a partir da aprovação deste Plano;  
Promover cursos permanentes de capacitação e aperfeiçoamento para docentes, coordenadores, diretores e funcionários, com frequência anual, tendo como eixo temático a Educação das relações étnico-raciais, visando atingir no mínimo 50% dos servidores nos primeiros 05 (cinco) anos da aprovação do Plano e 100% destes até o último ano do decênio;  
Garantir a seleção/produção e distribuição de livros e materiais didáticos voltados para o reconhecimento e valorização da história e cultura africana e afrobrasileira, num prazo de 01 (um) ano, a partir da aprovação do Plano;  
Garantir a exequibilidade de Políticas Públicas para a promoção da igualdade étnico-racial;  
Garantir os princípios da Lei 10.639/03, na elaboração dos currículos escolares no sistema de ensino, a partir da aprovação deste Plano (FEIRA DE SANTANA, 2012, p.168).

Esse tópico específico composto por diretrizes, objetivos e metas se configura como resultado de uma série de determinações legais nacionais e estaduais anteriores, bem como da pressão dos movimentos negros e outras organizações da sociedade civil por uma educação antirracista na localidade.

O PME foi aprovado para ser implementado até 2021, entretanto em 25 de junho de 2014 houve a aprovação da Lei nº 13.005/2015 que estabeleceu o novo PNE para o decênio 2014-2024 e, conseqüentemente, determinou no Art. 8º aos estados e municípios a adequação dos planos às metas estabelecidas.

A partir dessa determinação, o plano municipal de educação (2016-2026) foi sancionado pelo prefeito José Ronaldo de Carvalho e aprovado na forma da Lei nº 3651, de 16 de dezembro de 2016, visando adequar a educação municipal ao Plano Nacional de Educação (2014-2023) mantendo a mesma estrutura de metas e estratégias, contudo acrescenta quatro metas totalizando 24, para e adequar as especificidades da localidade. Desse modo, foi elaborado a partir das seguintes etapas: a) instituição da comissão organizadora; b) criação das equipes organizadoras por salas temáticas para elaboração do documento base; c) realização da II Conferência Municipal de Educação; d) encaminhamento para o Executivo; e) acompanhamento do processo de tramitação no legislativo; e, f) implantação.

Na etapa da II Conferência Municipal de Educação, de 13 a 15 de julho de 2015, diversos agentes participaram da sua construção, sendo alocados em salas

temáticas com as seguintes nomenclaturas: Educação Infantil; Educação Especial; Formação de Professores e Valorização do Magistério; Educação para Jovens e Adultos; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Profissional e Tecnológica; Financiamento e Gestão; Educação Ambiental; Educação para Relações Étnico-raciais; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Superior, Educação do Campo e Gênero e Sexualidade. Cada sala temática originou um documento especificando uma meta e as estratégias necessárias para o seu cumprimento, que seriam revisados e aprovados em plenária.

Dentre as entidades/grupos que atuaram na construção das metas e estratégias para educação das relações étnico-raciais foram elencados nos documentos da conferência: Conselho Municipal de Educação e Desenvolvimento das Comunidades Negras e Indígenas (COMDECNI), Associação de moradores do Candeal, Fórum Estadual de Educação Escolar Quilombola, Comunidade Quilombola, Quilombo Matinha dos Pretos, Quilombo Lagoa Grande, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Núcleo de Educação das Relações Étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola-Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social. A participação de diversos agentes no documento construído na conferência se trata de resultados de acúmulos de diversas propostas e discussões pautadas historicamente pelos movimentos negros e quilombolas da região.

O documento que foi construído na sala temática de educação das relações étnico-raciais se estruturou a partir da “Meta 08” do PNE (2014-2024):

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de modo a alcançar, no mínimo, 12(doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2014, p.10)

Essa meta não trata especificamente da educação das relações étnico-raciais, uma vez que tal concepção educacional envolve diversos aspectos para além da elevação da escolaridade. Cabe ressaltar que não existe uma prioridade no tratamento em todo o PNE, pois não apresenta uma meta específica nesse sentido,



sendo as relações étnico-raciais apenas citadas em estratégias para contribuírem no cumprimento outras metas.

Ao negligenciar esse importante aspecto verificamos que o direcionamento das políticas públicas educacionais promovidas pelo Estado não priorizam ações afirmativas, mas políticas universalistas que não conseguem dirimir/extinguir as distâncias provocadas pela discriminação e pelo racismo na educação. Nessa perspectiva, essa análise se torna importante na medida em que demarca a orientação política do Estado sobre o lugar ocupado pelas relações étnico-raciais que, conseqüentemente, abre precedente para reprodução nos planos estaduais e municipais de educação, uma vez que se trata da referência principal na construção desses planos.

Mesmo essa meta não sendo específica, se tornou a meta-base de construção do documento resultante da sala temática de educação das relações étnico-raciais. O documento estava estruturado em uma meta subdividida em 33 estratégias para o cumprimento durante a vigência do plano.

No PME que vigora atualmente passou por modificações na Câmara Municipal, em outros termos, o documento que foi aprovado em plenária na II Conferência Municipal de Educação não se trata do mesmo aprovado em forma de lei, evidenciando uma disputa pela hegemonia de construção das matrizes pedagógicas da educação. Por isso, podemos destacar que não houve referência ao respeito à diversidade étnico-racial, aos direitos humanos ou qualquer outro tipo de diversidade correlata como diretriz orientadora da educação feirense, mesmo a cidade sendo composta pela maioria de negros e com diversos territórios quilombolas, certificados e em processo de certificação pela Fundação Palmares.

Foram desconsideradas as denúncias dos movimentos negros locais sobre as conseqüências do racismo na educação, bem como as pesquisas que demonstram as desigualdades entre negros e brancos em todas as instâncias desde a local até a nacional. Inclusive evidenciamos que o próprio documento enfatiza essa desigualdade reconhecendo a ineficiência do município na promoção das políticas de combate a discriminação e ao preconceito e a necessidade de implementação das leis nº 10.639/03 e 11.645/08. Conforme podemos observar:

O município de Feira de Santana caminha a passo lento no sentido de promover a igualdade etnicorracial e combater a discriminação e o

preconceito em todas as suas formas. Sendo, portanto, necessário e urgente uma real tomada de ação no sentido de garantir a materialização do que preconizam as determinações das Leis Federais 10.639/03 e a 11.645/08, bem como as Diretrizes de Educação para Relações Etnicorraciais/2004, Diretriz para Educação Escolar Quilombola/2012, as Diretrizes Educação Básica/2013 e o Documento Orientador para o Sistema de Ensino – Ciganos/2014 - visando atender nossa diversidade etnicorracial que inclui: indígenas, negros, brancos, ciganos, quilombolas e outros. (FEIRA DE SANTANA, 2016, p. 117)

Em outras palavras, mesmo diante desse reconhecimento da necessidade de construção de uma educação para as relações étnico-raciais, esse reconhecimento não se reverteu numa diretriz orientadora da educação no município. Numa ação comparativa com o Plano Estadual de Educação (2016-2025), Lei 5.559, de 11 de maio de 2016, notamos que no âmbito estadual existe uma diretriz, descrita no Art. 2º, alínea IX, que trata da “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”, entretanto, não descreve especificamente as relações étnico-raciais tratando as identidades e as diversidades de forma genérica, criando brechas para a não-especificação da heterogeneidade das identidades nos planos municipais.

Este PME destina um tópico para a discussão da educação para as relações étnico-raciais da mesma forma que o plano anterior, designando uma meta específica a “Meta 21” para a educação das relações étnico-raciais, subdividida em 30 estratégias que tratam desde a criação de um departamento de educação das relações étnico-raciais até formação de professores.

Em todas as etapas de elaboração do plano são travadas diversas disputas referentes à garantia da educação para as relações étnico-raciais e das discussões de gênero e sexualidade, sobretudo, no encaminhamento e apreciação pela câmara. Revelando a heterogeneidade das concepções de educação e as lutas por hegemonia no espaço social, visto que a educação ocupa a posição de elemento constituidor e constituinte da luta hegemônica com a capacidade de pautar novas formas de relações sociais.

Nessa perspectiva, é possível citar diversos movimentos sociais organizados que operaram a luta contra a maioria dos vereadores na câmara municipal para manter as metas e estratégias definidas nas salas temáticas. Conforme podemos ressaltar nos recortes discursivos de jornais e blogs da região e nacionais:

“Os professores municipais de Feira de Santana, a cerca de 100 km de Salvador, ocupam as galerias da Câmara de Vereadores desde a tarde de segunda-feira (5), em protesto contra alterações no Plano Municipal de Educação, **que retirou o tópico de discussões sobre gênero, sexualidade e etnia**” (grifos da autora) (G1, 06/12/2016).

“A APLB Sindicato Feira lembra ainda do objetivo principal da II Conferência Municipal de Educação, de construir um plano democrático, com a participação de diversos segmentos da sociedade, que entendem a educação como direito fundamental do cidadão. No entanto, os vereadores desconsideraram o PME elaborado pelos Trabalhadores em Educação e pela comunidade feirense. [...] **As modificações votadas pelos edis perpassam por questões como diversidade cultural, étnico-raciais, de gênero e sexualidade, além de quesitos que dizem respeito à valorização dos Profissionais em Educação**” (grifos da autora) (APLB SINDICATO, 2016).

No processo de aprovação do documento podemos visualizar um tensionamento das relações numa evidente correlação de forças, com a atuação de diferentes agentes, sobre a concepção de sociedade e de educação que estariam presentes no documento. Bourdieu (2008) afirma que a relação entre estes agentes se configura como um *campo* de disputas entre concepções, princípios, valores e metodologias, em que a construção e reconstrução de políticas educacionais para a Educação são elementos de discussão que podem envolver movimentos para manutenção da sociedade como se apresenta. Contudo, mas podem se configurar na luta por mudanças estruturais que visam um novo projeto de sociedade (GRAMSCI, 2000).

Esses agentes podem ser divididos em dois grupos: de um lado, observamos um movimento de defesa pela permanência das metas sobre educação das relações étnico-raciais e gênero e sexualidade liderado por professores, representados pela APLB, e movimentos sociais negros e LGBT; e, por outro lado, um movimento conservador composto pela maioria dos vereadores da cidade e representantes de igrejas evangélicas.

Os posicionamentos políticos dos vereadores eleitos para vigência 2013-201, suas filiações políticas partidárias e pertencimentos indicam que a maioria dos vereadores que compõe esse espaço executivo pertence a partidos que possuem ações em várias instâncias judiciais contra as políticas de ações afirmativas e/ou votam contra a aprovação de propostas desse cunho em âmbitos nacionais e

estaduais ou são diretamente vinculados a igrejas evangélicas, eleitos a partir de sua função de pastor e representante dessas instituições ou possuem um histórico de apoiar e de se omitir em casos de racismo como acontece com o Partido Social Cristão.

Nessas sessões observamos, a partir dos discursos presentes nos jornais e nas publicações da APLB, uma tentativa de supressão da meta que pauta a educação das relações étnico-raciais, a retirada da meta e das discussões relacionadas a gênero e sexualidade, bem como de todos os trechos que se referem à discussão de diversidade. Como evidenciado na publicação do Jornal Grande Bahia:

A APLB Sindicato Feira convoca Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação e sociedade civil de Feira de Santana para acompanhamento da votação do Plano Municipal de Educação de Feira de Santana (PME), que ocorre na terça-feira (06/11/2016), às 8h30, na Câmara Municipal. Em sessão realizada na Casa do Legislativo na manhã desta segunda, 5, quando a votação do projeto foi adiada devido à decisão do Presidente da Casa, Vereador Reinaldo Miranda “Ronny” (PHS), de suspensão da plenária, alguns vereadores proferiram discurso contrário à aprovação do PME na íntegra. **As metas 21, 22 e 23, que discutem Educação para relações étnico-raciais, Gênero e Sexualidade, e serão contempladas posteriormente com políticas públicas, são cotadas para extinção no PME, devido a posições contrárias de alguns Edis** (grifos da autora). (AUGUSTO, 2016, sem paginação).

As proposições sobre as relações étnico-raciais no plano não foram retiradas completamente do PME devido a um movimento nacional e local em favor de uma educação antirracista que, sobretudo, estava amparado legalmente através das leis, resoluções, diretrizes nacionais e estaduais anteriores que não poderiam ser desconsideradas, sob pena de sansão do município dentro dos princípios legais. No entanto, as discussões de relações étnico-raciais estão pautadas no respeito e na afirmação das diversidades, princípios que foram retirados do plano aprovado pela câmara. Frigotto (1998) considera que o embate da luta hegemônica se dá tanto no conteúdo, no método de produção do conhecimento científico elaborado, quanto no acesso efetivo ou exclusão do mesmo.

No caso da exclusão das discussões de gênero e sexualidade, o grupo conservador encontrou respaldo numa tendência nacional, na maioria das vezes de

cunho religioso, de negação dessa diversidade e da importância de sua inclusão na escola.. Além disso, cabe enfatizar que a presença atuante desses agentes conservadores, com orientação religiosa bem definida, pode revelar a justificativa pela desconsideração das religiões de matriz africana como possibilidade de aprendizagem no cotidiano da escola no plano municipal. Pois, esses grupos conservadores têm conseguido influenciar diretamente os processos decisórios das políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais aprovando projetos de lei e supressões de discussões que não estão de acordo com as suas concepções de educação e sociedade.

O plano municipal se coloca como

[...]documento legal tem como objetivo propor ações e políticas de combate ao racismo e discriminação, bem como apresentar estratégias de promoção da equidade etnicorracial no município de Feira de Santana, principalmente no território da educação” (FEIRA DE SANTANA, 2016, p.122).

Diante das discussões, se faz necessário trazer para análise as proposições que envolvem as relações étnico-raciais em outras metas do documento, para além da meta 21 que é específica para a questão. A meta 1 trata da universalização a pré-escola, desse modo, em sua estratégia 1.30, considera que deve

Ampliar o acesso e o atendimento das crianças afrodescendentes, afro-brasileiras, quilombolas, indígenas, ciganas, entre outras etnias, possibilitando maior inclusão seguindo os critérios dos documentos oficiais (Ibidem, p. 134).

A meta 2, que visa universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos, recortamos a estratégia 2.14:

Os Sistemas de Ensino Municipal e Estadual, amparados pelo Parecer CNE/CEB nº 14/2011, devem ofertar e garantir o Ensino Fundamental para as crianças, adolescentes e adultos de grupos étnicos itinerantes e daqueles que se dedicam a atividades de caráter itinerante por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, e/ou associadas às práticas agrícolas dentre outros, sem preconceito ou qualquer forma de discriminação (Ibidem, p. 142).

A meta 3 que trata sobre a universalização do Ensino Médio recortamos a estratégia 3.6:

Garantir que a oferta do Ensino Médio para atender Jovens e Adultos de diferentes grupos étnicos, comunidades quilombolas e famílias itinerantes bem como de jovens que cumprem medidas socioeducativas seja assegurada pela rede regular de ensino (Ibidem, 149).

A meta 5 que propõe alfabetizar todas as crianças, recortamos a estratégia 5.1

Os Sistemas de Ensino, juntamente com a escola, devem garantir e apoiar à alfabetização de crianças do campo, quilombolas, indígenas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades citadas, observando os documentos orientadores para cada grupo étnico (Ibidem, p. 158).

A meta 11 que propõe triplicar a matrícula de alunos na educação profissional e técnica no município, recortamos a estratégia 11.2:

Reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais, com destaque para as peculiaridades do campo e da cidade, cultura local e identidade sócio regional, no acesso e permanência na Educação Profissional técnica, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei. (Ibidem, p. 166).

Com a análise do lugar que as relações étnico-raciais nas outras metas, verificamos que, majoritariamente, estão associadas a metas de universalização do ensino que apenas prevêem o aumento da escolaridade e a expansão do número de matrículas em suas estratégias. Não existe citação nas discussões que antecedem a definição das metas, nem uma compreensão ampliada sobre o significado dessas abordagens e a transformação estrutural que gera nos currículos. Em que pese as significativas conquistas contra-hegemônicas dos movimentos sociais na inserção dessa temática, pontuamos que as abordagens nos planos de educação ainda necessitam de ampliação para se efetivar uma educação para as relações étnico-raciais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma luta por projetos de sociedade e de educação nos processos que envolveram a elaboração e a aprovação dos planos municipais de educação em Feira de Santana-BA devido a interesses contraditórios. Pois, os planos municipais como dispositivos legais servem como possibilidade de garantia formal no município do direito a uma educação antirracista e democrática potencializando as transformações na sociedade.

Nos documentos analisados observamos a presença marcante de movimentos sociais negros e LGBT que pode ser observada nos documentos resultantes das salas temáticas e no próprio texto dos planos municipais. Mas por outro lado, existe um movimento composto por agentes conservadores que ocupam espaço de poder com força suficiente para excluir metas, estratégias e diretrizes que não estão de acordo com as suas concepções de educação e visões de mundo. Neste caso, podemos citar a manobra que excluiu de metas e estratégias referentes a discussão de “gênero e sexualidade” e a diretriz de respeito a diversidade, para responder a tentativa evidente de neutralizar um ensino crítico, justo e democrático afetando as propostas dos movimentos sociais por uma educação popular.

Em um exercício de comparativo, podemos notar um avanço do plano municipal aprovado em 2012 para o documento aprovado em 2016, pois observamos uma melhor definição das obrigações municipais na meta e nas estratégias específicas para as relações étnico-raciais, bem como no tempo de cumprimento. Entretanto, regride quando exclui o respeito a diversidade, em todas as suas possibilidades, como um pilar orientador da educação municipal, mesmo em contradição com plano nacional e estadual de educação, além de apenas considerar as relações étnico-raciais, fora da meta específica, quando se trata de elevação da taxa de escolaridade ou de número de matrículas. Por fim, ainda podemos ressaltar que o PME (2016) não considera as relações étnico-raciais em suas diretrizes municipais, mesmo a cidade possuindo uma marca histórica negra, com diversos territórios remanescentes de quilombos e a maioria de sua população composta por negros.

## REFERÊNCIAS

APLB SINDICATO. **APLB repudia alterações no PME aprovadas pelo Legislativo.** Disponível em < <http://aplbfeira.com.br/noticia.php?id=538>> Acesso em 04 de abril de 2018.

AUGUSTO, Carlos. **APLB Feira de Santana convoca categoria e comunidade para acompanhar votação do Plano Municipal de Educação.** Jornal Grande Bahia. Disponível em <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/12/aplb-feira-de-santana-convoca-categoria-e-comunidade-para-acompanhar-votacao-do-plano-municipal-de-educacao/>> Acesso dia 07 de abril de 2018.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, 2004. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp\\_003.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf)>> Acesso em 04/03/2018.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECAD/SEPPIR, 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005/2015** aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024.

BAHIA. **Lei Estadual nº 5.559**, de 11 de maio de 2016, aprova o Plano Estadual de Educação para o decênio 2016-2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FEIRA DE SANTANA. **Lei Municipal nº 3.326**, de 05 de junho de 2012, aprova o Plano Municipal de Educação.

\_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 3651**, de 16 de dezembro de 2016, aprova o Plano Municipal de Educação.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho**. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

GI. **Professores ocupam Câmara de Vereadores de Feira de Santana**. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2016/12/professores-ocupam-camara-de-vereadores-de-feira-de-santana.html>> Acesso em 01 de abril de 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere** - Volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).